

048ª SESSÃO ORDINÁRIA 28MAI2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Cuidar Jovem, que tratará de assunto relativo aos malefícios das bebidas tipo energéticos, quando consumidas em excesso ou associadas a bebidas alcoólicas. O Sr. Marcos Mucillo Daudt, Presidente do Instituto, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. MARCOS MUCILLO DAUDT: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, boa tarde a todos. Com grande satisfação estou aqui na Casa novamente; normalmente, estou atrás daquele corrimão ali, observando os trabalhos de vocês, com muita admiração por tanto que fazem pela nossa valorosa Porto Alegre. Já é a terceira ou quarta vez que ocupo esta tribuna, e hoje eu trago um assunto muito importante, para o qual eu gostaria da atenção de todos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. MARCOS MUCILLO DAUDT: Os energéticos, hoje em dia, são vendidos para a nossa sociedade como algo bom, que produz boas sensações: que a pessoa fica mais produtiva, que ela pode ir a festas, que ela tem asas, que ela tem uma série de outras coisas. E, na verdade, não são tão boas assim para a saúde, principalmente dos adolescentes, que é com quem o Instituto Cuidar Jovem trabalha; eu já num trabalho de sete anos, e o Instituto com quase um ano, depois do término do Instituto Ficar.

Gente, Perigo Enlatado. Por que será que tem essa reportagem nessa revista Bem-Estar? Será que o energético produz realmente um bem-estar? Essa notícia vocês têm cópia aí nas suas mesas, é uma notícia do jornal Zero Hora, de 2 de setembro de 2014. Casualmente, o Antônio, assessor da Ver.^a Mônica Leal – parceira nesse

empreendimento –, acabou de me mostrar uma reportagem de hoje, do Túlio Milman, falando sobre a cafeína em excesso, que pode causar morte. Eu não estou mais falando de malefícios, eu estou falando de morte. Gente, isso é da Cardiosource, American College of Cardiology – aí vocês têm uma cópia dessa matéria. Coloquem no Google “morte por energético”; olhem o que nós temos ali: cinco mortes por consumo de bebida energética, conheça os riscos. Eu dou muitas palestras para jovens e adolescentes, e quando eu falo sobre o irmão do MC Gui, eles dizem: “Ah! O MC Gui...” O irmão do MC Gui tomava energético o dia inteiro, morreu com uma lata de energético aberta. Ele tinha tido sintomas de cardiopatia, uma arritmia cardíaca, alguma coisa leve, não deram bola, e perdemos um adolescente. Aí alguém pode dizer: “Vai ver que ele consumia cocaína”. Não sei, mas não havia cocaína no sangue, não havia cocaína no bolso, não havia cocaína por perto; havia, sim, um histórico de consumo de bebida energética.

O que nós vemos hoje, na porta das festas, como podemos ver no PowerPoint, está sempre associado ao álcool. Nós temos várias marcas de energético, mas não interessa a marca, os jovens estão consumindo indiscriminadamente. Esses dias eu estava falando com uma pessoa, e ela disse: “Mas para mim não faz mal”. Sim, pode não fazer mal, mas o energético foi inventado para acelerar a atividade cerebral; no entanto, hoje em dia, tem gente que consome energético para fazer esportes, quando, na verdade, ele acelera o coração, e quando se faz o esporte, vai acelerar mais ainda o coração – imaginem o dos adolescentes.

Pessoal, eu viajo muito, vou para Bariloche, às vezes para Porto Seguro, e houve essa viagem para o Beto Carreiro, com jovens de 15 anos, em comemoração à formatura, em outubro de 2014. Para minha surpresa, antes de nós chegarmos ao hotel Itapema, porque os ônibus saíam à meia-noite, nós paramos num posto para tomar café da manhã. Às sete e meia da manhã, um jovem de 15 anos, saindo do ônibus, que voltaria para o ônibus, para ficar sentado tomou um energético com Nescau. Os jovens estão tomando energético para ir para a escola de manhã. Quando eu dou palestras para eles, eu pergunto: e o que vocês vão tomar quando tiverem 55 anos como eu, vocês vão tomar dinamite, vão tomar nitroglicerina? Ah, hoje eu vou sair de noite, vou tomar uma dinamite, porque, se com 15 eles precisam de energético... Não precisam! Todos nós aqui já tivemos 15 anos, e sabemos da saúde que se tem aos 15 anos. Ah, meus 15 anos! Eu aposto que o Ver. Cláudio Janta não precisou tomar um energético para vir hoje aqui; que

pág. 2

a minha parceira Mônica Leal, de tantas atividades, com uma agenda corrida, que termina sei lá que horas da noite, não precisa tomar um energético para estar aqui nesta Sessão; a minha colega e amiga Fernanda Melchionna, que hoje me falou que talvez viesse um pouco resfriada, não tomou um energético para vir aqui cumprir a sua missão diária. Se energético não é necessário nem para nós, adultos, seria necessário para os adolescentes tanto quanto estão usando?

Essa é uma foto de 2010, eu numa boate de Bariloche junto com os jovens. Vejam embaixo: “Encontra-se proibida a venda de bebidas energizantes para menores de 18 anos. *Ordenanza Municipal 06*”. Essa lei, meus amigos, é de 2006 na Argentina, desde e então já era proibida a venda de energético para menores de 18 anos. O nosso Brasil, tão atrasado, às vezes fica esperando acontecer as mortes. Alguém me perguntou: Alguém morreu ultimamente, Sr. Daudt? Graças a Deus que, no meu lado, não. Estive em Brasília, há duas semanas, levando esse assunto e outro que vai transcorrer aqui nesta Casa, e no outro dia, quando voltei, Ver.^a Mônica Leal, a sobrinha do assessor de gabinete da Comissão de Legislação Participativa estava de luto, porque seu amigo de 32 anos morreu por consumo de energético. Eles ficaram muito apavorados, até se arrepiaram: “Daudt, tu falaste isso aqui ontem”. Quando eu estava no gabinete da Ver.^a Séfora Mota, na semana passada, com a Carla Citrini, que está sentada ali, ela me falou que ficou sabendo de alguém que ficou com sequelas por uso indiscriminado de energético.

Isso aqui, meus amigos, é uma formatura do ensino médio, dezembro de 2014; faz menos de seis meses. Esse balde está dentro da área VIP dos formandos. Bebidas energéticas de dois litros são consumidas indiscriminadamente! E nas formações de 8ª série do ensino fundamental também estão presentes! Essa bomba relógio!

Isso aqui: eu estava em Santa Maria em 2013. Vocês se lembram do caso Kiss? Pois aqui eu estou lá em cima, à esquerda, dando uma palestra para estudantes. À direita, com a Promotora Pública da Infância, assinando um TAC. Eu dei uma palestra para os donos de boates e falei que alguém ia morrer em Santa Maria. À esquerda, embaixo, de barba, com a cabeça baixa, é o delegado Marcelo Arigony, que conduziu toda a investigação da Kiss. E eu falei: vocês estão preparados para morrer gente em Santa Maria? Não? Então se preparem, porque quando tiver um óbito vocês vão prestar conta para a sociedade, para o Ministério Público, para vocês mesmos e para o olhar perdido de pais sem seus filhos.

Dois meses depois morreram 242 pessoas! Passa rápido o próximo eslaide para a gente não ter pesadelo: aqueles eram os mortos da Kiss. Não precisamos expor essa tragédia. Aqui eu tenho uma lei de tele-entrega com o Ver. Márcio Bins Ely. Aqui eu tenho uma lei de detectores de metal, aprovada nesta Casa, com a Ver.^a Séfora Mota. E agora eu tenho, junto com a Ver.^a Mônica Leal, um projeto de lei que proíbe energéticos para menores de 18 anos na nossa cidade de Porto Alegre: Projeto de Lei nº 137/14.

E aqui estou fazendo esta explanação para pedir o apoio dos nossos Vereadores. Porque, meus amigos, esse é o resultado. Eu vou às festas dos jovens. Aqui, nas fotos, aquelas duas da direita, no meio, foram tiradas domingo, na Arena do Grêmio, na Festa das Cores, todo mundo colorido. As outras são de formatura. Aquele carro virado é na frente do Pepsi on Stage. A nossa juventude, como qualquer outra e como nós mesmos, fica testando seus próprios limites. As fotos abaixo são de pais buscando seus filhos. Eu as coloco desfocadas e com estrelinhas, porque a gente não expõe as tragédias íntimas de cada um.

Prezados Vereadores, eu aprovei uma lei aqui, com o Ver. Márcio Bins Ely – eu tive 2 votos contrários e 1 abstenção e 23 votos a favor –, que era contra a entrega de bebidas alcoólicas sem identificação de idade, de maioridade. É uma lei pioneira no Brasil, e teve 2 votos contra e 1 abstenção; eu acho que foram por questões políticas. No dia 17 de março, a Presidente Dilma assinou que bebidas alcoólicas para menor de 18 anos é crime agora, não é mais contravenção, são dois a quatro anos de cadeia; de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil de multa. Num churrasquinho inocente na sua casa, se seu filho, seu sobrinho, ou o amigo deles, estiverem bêbados ou bebendo é crime. Srs. Vereadores, há um projeto de lei que já passou por todas as instâncias das Comissões desta Casa. Eu vou dizer uma coisa para vocês: “Ah! Mas a Ver.^a Mônica Leal não me apoiou no meu projeto lá, então essa lei não me serve”. A saúde dos adolescentes, dos seus filhos, dos seus sobrinhos, dos seus vizinhos – que serão os nossos futuros gestores de nossa Cidade e de nosso País – não é negociável por apoio político.

E digo mais, se vocês olharem o meu *folder*, eu tenho um apoiador que distribui energético, é o meu maior apoiador, é o maior apoiador do Instituto Cuidar Jovem. Eu, criando essa lei, posso perder esse apoiador, mas eu não vou desistir de trabalhar pela saúde dos adolescentes, que eu perca esse apoiador, mas eu sei que ele vai entender. Mas eu não desisto da saúde e dos ideais de uma juventude sadia e viva! Então, eu

pág. 4

deixo meu exemplo para vocês e conto com uma votação unânime para aprovar uma lei pioneira no Brasil! Vocês terão a chance, Ver.^a Séfora Mota, de apoiar essa lei, que proíbe a venda de energético para menores de 18 anos na nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro; demais Vereadores, colegas aqui da Câmara Municipal; Sr. Marcos Daudt, que foi o nosso orador do Instituto Cuidar Jovem; eu estava aqui, brevemente, falando com o senhor; acho que esse tema que o senhor traz, por vários motivos, é profundamente relevante.

Tenho 33 anos – eu tenho alguns colegas aqui que regulam comigo –, sou da geração que iniciou a questão dos energéticos, no final da década de 1990, quando surgiram os energéticos com força nas festas e tal; muito tomei energético. Quero te dizer que hoje sou professor de ioga e acompanho bastante a questão da qualidade de vida. Eu quero saudar aqui a Ver.^a Mônica Leal, o Ver. Márcio Bins Ely, a Ver.^a Séfora, a Ver.^a Fernanda e os outros Vereadores que se empenharam, de alguma maneira, em colaborar com esse tema. Da minha geração para cá só piorou, Marcos, porque hoje nós vivemos uma geração de jovens que, além do energético, de todas as formas, tenta se potencializar, ser super-homem, ser supermulher. Então, há jovens de 19 anos tomando viagra, há jovens querendo ter resultado de cem por cento ou passar do seu limite e isso prejudica, porque tudo que é a mais prejudica. O corpo humano precisa, exatamente, da forma precisa, do que necessita, de coisas naturais.

Eu quero dar parabéns para ti por ter trazido esse debate. E quero deixar um recado aos jovens: antes do energético, toma um suco de limão, que tem vitamina C, toma bastante água, come bastante fruta, toma gengibre, que são coisas que potencializam de forma natural, chá verde e coisas que fazem bem. E parabéns a ti, parabéns ao teu instituto; nós estamos à disposição. Inclusive, quero colocar o nosso mandato também à disposição para acompanhar esse trabalho junto com os jovens, que é muito bonito.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; eu quero também saudar a exposição, por sinal, muito esclarecedora, do Sr. Marcos Daudt, Presidente do Instituto Cuidar Jovem. Eu estou como Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui, na Câmara, e o tema, obviamente, é extremamente importante. Quero saudar também a iniciativa da Vereadora, colega Mônica Leal, que tem a autoria desse projeto que proíbe a venda, concessão ou permissão de energéticos a menores de 18 anos. Portanto, eu quero aqui falar da importância da sua manifestação hoje, juntamente conosco, na Tribuna Popular. Quero dizer também que nós temos um projeto de nossa autoria que obriga os hospitais a comunicarem aos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, os casos de baixa de crianças e adolescentes que entram por questão alcoólica, porque hoje não existe a obrigatoriedade. A Lei Federal nº 8.069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, não tem essa previsão expressa, e, através da Lei Municipal, então, nós estamos em uma ação articulada com o Ministério Público. Ingressamos com esse projeto de lei aqui na Câmara de Vereadores.

Chamou-me atenção também, Marcos, é que o Instituto Cuidar Jovem tem entre suas funções, seus objetivos, a questão de travar a busca, de forma cristalina, da idoneidade das produtoras que realizam, que produzem as festas, do local e do sistema de segurança. Afinal é muito do que nós temos visto, e com o resultado triste do óbito; isso porque não existe, certamente, nas cidades e em alguns Estados, um instituto que realize um trabalho com tanta excelência.

Portanto, em nome do meu partido, o PTB, e em meu nome, eu transmito a V. Sa. os parabéns pelo trabalho que vem realizando e à Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa e autoria desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Marcos Muccillo Daudt, chamou-me atenção o seu entusiasmo. Quero cumprimentá-la e dizer que não há dúvidas, Ver.^a Mônica, que V. Exa. terá apoio dos Vereadores aqui. Volto a dizer: me chamou atenção o seu entusiasmo. Parabéns! Mas eu vou aproveitar e vou trazer um assunto aqui. Vou fazer uma provocação aos médicos de um modo geral, e aqui, nesta Casa, nós temos três médicos tentando buscar um entendimento mínimo. Enquanto o senhor falava, eu estava pensando que chegou um determinado momento em que comer ovo não dava, era ruim para o colesterol. Na semana que passou, eu conheci um médico – médico – que diz que come quinze ovos por dia! Não tem problema nenhum. O mesmo me disse: “Eu não compro esses azeites aí, prefiro usar banha de porco.” Vejam só, eu não estou fazendo uma crítica a ele. Não! Eu estou aqui representando uma parcela da população que está tonta. Está tonta, porque uma hora pode; outra hora não pode.

Mas resumindo, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também a Ver.^a Mônica. Parabéns pelo seu entusiasmo, mais uma vez. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Séfora Gomes Mota está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SÉFORA GOMES MOTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero parabenizar o amigo Marcos Daudt, muito obrigada pela parceria, e pelo trabalho lindo desenvolvido junto com a ONG, é incansável, e sempre entusiasmado. Porque é isso mesmo! Se há uma coisa que nós temos de mais precioso – e sempre dizemos –, é o futuro de uma nação é a juventude, são as crianças, são o nosso bem mais precioso, e como cuidar desses bens tão preciosos, porque, muitas vezes, a gente não consegue.

Temos que unir forças. Você é um batalhador, que sempre nos traz projetos. Eu acredito que esse projeto será aprovado, sim, por unanimidade, porque sabemos o mal que faz o uso excessivo de energéticos.

Sou mãe de dois adolescentes, então, eu convivo, eu sei de muitas histórias, e como Vereadora, e frequentadora da vida noturna de Porto Alegre, ainda jovem – *pero no mucho* –, ainda vivendo a juventude, a gente vê o quão é danoso na vida desses

adolescentes, dessa juventude, o uso exagerado de drogas, de álcool, que é uma droga também quando há o consumo descontrolado, desregrado.

E sempre converso, e sempre vejo a tua preocupação, que é constante. E, quisera, que tivéssemos mais parceiros. Vamos fazer sim, vamos tocar os nossos dois Projetos, feitos em parceria, com ideia, e traga, sim, e bata em todos os gabinetes, porque todos nós somos parceiros das boas causas.

Parabéns, continue na luta, e esse será mais um dos Projetos que será aprovado por unanimidade. Lembrando que tivemos um feito em parceria, que foi aprovado, porque temos que aprovar leis que garantam a segurança e melhoria na qualidade de vida das pessoas, e que tragam uma nova visão para a nossa juventude, que, às vezes, está um pouco desgarrada, e que ninguém está se preocupando. Mas nós, aqui, estamos nos preocupando, sim! Parabéns, mais uma vez, e tenha em mim, sempre, uma parceria. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Marcos, vou fazer um registro das palavras do Ver. Bernardino, que uma das coisas que mais chamou a atenção dele foi o teu entusiasmo. E, realmente, ele foi muito feliz nessa primeira colocação, porque tu és um entusiasmado por causas e pessoas. E desde o primeiro dia em que nós conversamos sobre a tua preocupação, e que, em seguida, passou para esta Vereadora, sobre os energéticos, sobre o teor, sobre o que eles contém dentro e que podem promover o risco dos nossos jovens, menores de 18 anos, que misturam álcool com energéticos. Eu me inseri nesse contexto, e saímos abraçados por essa causa.

Eu quero registrar aqui a importância da Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre ao colocar o Presidente do Instituto Cuidar Jovem para levar ao conhecimento dos porto-alegrenses, da comunidade, enfim, de todos o que está acontecendo, porque muitos não sabem. Não basta que se faça um projeto e que isso fique aqui, entre quatro paredes.

Tu estás levando para além das porteiras de Porto Alegre, para o mundo, essa preocupação.

Nós sabemos que os jovens com essa idade podem ser extremamente inconsequentes. Eu lembro de algumas frases como, por exemplo: se tivéssemos a cabeça de agora, com a idade passada, muitas coisas não teriam sido colocadas em risco. Então essa tua preocupação, esse teu compartilhar, essa tua busca, batendo nas portas dos Vereadores, procurando apoiadores e empresários, divulgando na imprensa... Eu mesma tenho vários artigos aqui de faculdades pelo mundo afora que mostram que, realmente, essa mistura é perigosa, coloca em risco o coração, a parte psíquica dos jovens, de forma que pode ocorrer risco de morte, inclusive.

Eu quero te parabenizar e agradecer por Deus ter te colocado no meu caminho, por me sentir útil, como Vereadora, porque este é o meu objetivo: trabalhar pelo bem comum. Eu só tenho a agradecer, em nome dos nossos jovens, porque tu estás preocupado em trabalhar na prevenção para evitar uma grande tragédia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Marcos, da ONG Instituto Cuidar Jovem, o voluntariado sempre é importante, é uma realização, traz conquistas. Eu, que também venho de voluntariado, apoio a sua defesa. A minha preocupação é quanto ao energético misturado com álcool, nas festas dos jovens. Mas não é só essa preocupação, já que a preocupação com as drogas é crescente. A droga sintética, a cada dia, aumenta, e não sabemos como combatê-la. Os filhos vão às festas, e têm outros amigos que trazem – é o tal contrabando, como se fala na linguagem juvenil.

Quero parabenizá-lo por chamar a atenção sobre o perigo dos energéticos misturados ao álcool. Eu não tenho um parecer médico para expor aqui, mas da maneira como o energético é usado nas festas, sabe-se o quanto é nocivo, basta ver quantos vão para o hospital com taquicardia e passando mal. Parabéns! Vamos analisar o projeto. Meu nome é Lourdes Sprenger.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, quero cumprimentar o Marcos Daudt, a Ver.^a Mônica por esse projeto. Está aqui o amigo Ver. Dinho, e todos sabem que nós, que fomos atletas profissionais, atletas de alto rendimento, trabalhávamos com o nosso energético: glicose e carboidrato puro. Se eu joguei futebol até os 40 anos, foi graças aos energéticos puros, os das plantas, e não podemos confundir-los com os sintéticos, que são as chamadas “bombas” que são ingeridas com bebidas alcoólicas. Dependendo da nossa idade, se pararmos com as atividades e continuarmos a ingerir esses energéticos como atletas profissionais, eles farão mal. Eu tive problemas com a diabete por isso, porque eu parei de jogar futebol e continuei com o mesmo tipo de alimentação. Só que nós tínhamos acompanhamentos médico, profissional. Em treinamento no campo de futebol, para partidas com alto nível de velocidade, o atleta precisa desse energético total, senão o corpo não tem condições de suportar uma carga tão grande. Quero dar os parabéns pelo projeto. Esse tipo de energético que está surgindo agora e da maneira como está sendo consumido é um perigo, é pior ainda para o coração. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Vou falar em meu nome, Aírto Ferronato, em nome do meu Partido, o PSB, e em nome do Ver. Paulinho Motorista, quero dizer da satisfação de tê-lo conosco, mais uma vez, aqui na Câmara para tratar de assunto de alta relevância em termos da nossa saúde, essencialmente a do jovem. Ouvei os Vereadores conversando sobre o teu entusiasmo, e muito sobre o jovem; a pessoa entusiasmada sempre é jovem, mantém-se jovem pelo entusiasmo. Portanto, quero aqui te trazer um abraço e dizer que é importante nós, enquanto Vereadores, ouvirmos – essencialmente quando se tem projetos de um alcance maior sobre os quais nós não temos o conhecimento necessário científico para tratar do assunto -, é sempre interessante receber a presença de quem

conhece o tema exatamente para nos trazer luzes e que possamos, pelo menos, pensar mais e com mais conhecimento de causa. E também quero dizer que se os energéticos fossem bom, não seriam bombas, teriam uma outra forma de denominação para eles. Portanto, os nossos cumprimentos e parabéns pela presença de vocês e pelo entusiasmo teu enquanto condutor do nosso Instituto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Presidente; Sr. Marcos Daudt, quero parabenizá-lo por trazer este assunto. Mas quero dividir a sua fala em dois momentos. A primeira, do consumo em excesso; qualquer coisa quando consumida em excesso é sempre prejudicial, e se acrescida de bebida alcoólica, ainda mais. Agora, quero colocar que, primeiro, nenhum energético é considerado *doping*; não está catalogado na relação de *doping*. Portanto, é uma droga totalmente lícita, e dentro do uso do esporte, ele tem uma série de componentes que ajudam no desenvolvimento. Inclusive, quero lhe convidar para fazermos um debate público, porque é interessante mostrar que, em excesso, tem um efeito, e com álcool também; agora, dizer que pode ser *doping*, é perigoso. E o grande problema da nossa sociedade é que queremos proibir tudo, e a nossa essência, na realidade, chama-se família. E na medida em que o pai orienta os seus filhos, traz a orientação familiar, facilita o entendimento. Porque entender através de lei o proibido é proibir, muitas vezes o proibido proibir seduz muito mais. Só deixo isso como ressalva para aumentar o diálogo. Mas parabéns pela iniciativa, porque, realmente, quando consumido em excesso e vinculado ao álcool, é nocivo, sim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Ariane Leitão está com palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. ARIANE LEITÃO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; uma saudação em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao Marcos Daudt, ao Instituto Cuidar

Jovem; parableno-o também pelo uso da Tribuna Popular aqui na Câmara de Vereadores. Quero concordar com a Ver.^a Mônica Leal sobre a importância deste espaço para que a população possa vir apresentar as suas questões, as suas lutas; já que é a Casa do Povo, precisa disponibilizar tempo para que o povo possa se manifestar. Sobre este tema, parableno-o pelo trabalho e lembro que os nossos jovens também são vítimas da sociedade do mercado. O mercado que exige dos corpos e das pessoas a alta produtividade, a alta produção, e, por isso, tanto o uso dos energéticos. Eu não acho que os energéticos sejam um problema, eles servem para serem utilizados em um determinado momento. A questão é utilizar com álcool, fazer o uso de energéticos a partir de uma outra perspectiva, que faz com que, muitas vezes, os corpos, especialmente dos jovens, sofram danos, como tu mesmo apresentaste aqui. Mas o que fica dessa apresentação, e o que eu queria colocar aqui como importante e elementar, é que, cada vez mais, nós estamos deixando com que a sociedade do mercado domine os corpos, sejam das mulheres, sejam dos homens. Os nossos corpos também estão à disposição da produção, esse é o maior problema, e isso atinge, inclusive, a nossa juventude, que desde muito cedo, já começa a ser obrigada a produzir em alta escala, a ser a melhor na escola, a apresentar as melhores notas. Este é um grave problema que nós enfrentamos hoje: a competição a partir da alta produtividade. Com isso, sem dúvida, os nossos jovens são também vítimas dessa sociedade que exige das pessoas como um todo uma alta produção nos mais diversos aspectos, nos mais diversos setores. Portanto, parabéns pelo trabalho, e, mais uma vez, a Bancada do Partido dos Trabalhadores saúda a sua iniciativa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Presidente Mauro Pinheiro; Marcos Daudt, eu queria dizer para ti que eu acho que essa proposta deveria ser levada ao Congresso Nacional, porque eu acho que esses produtos, tipo energético, bebidas alcoólicas, cigarro, o Governo têm que sobretaxar, não o nosso arroz, o feijão, o açúcar, o leite. Eu acho que esses produtos, o Governo tem que sobretaxar e bem sobretaxado, somente a proibição não vai resolver.

Sobre esses produtos, os impostos têm que ser muito altos – produtos nocivos à saúde, que levam as pessoas, os jovens a ocuparem leitos hospitalares, ocuparem a saúde pública. O uso excessivo de energéticos e de bebidas alcoólicas causa mal à saúde, com certeza o excesso de bebida alcoólica é, hoje, a droga que mais destrói as famílias em todos os níveis sociais, desde o uísque até a pinga, levando à morte, elevando os índices de acidentes de trânsito. Então eu quero te dizer que o nosso partido é parceiro no Congresso para apresentar esse projeto e para sobretaxar esses produtos que vêm destruindo as famílias e ceifando a nossa juventude.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Marcos Muccillo Daudt está com a palavra para as considerações finais.

O SR. MARCOS MUCCILLO DAUDT: Agradeço ao Presidente, agradeço a manifestação de todos, do Ver. Maroni, do Ver. Elizandro, que tem razão quando diz: “Faltam estatísticas”. Uma repórter, Ver. João Bosco Vaz, me perguntou: “Tu tens algum caso recente?”, eu disse: “Não tenho, mas nós vamos esperar acontecer?”. Eu mostrei a fotografia da Kiss rapidamente. Nós não precisamos esperar acontecer para tomar uma atitude. Ver. Bernardino Vendruscolo, gostei muito da sua manifestação. Eu vim aqui é provocar! Você falou que tem colegas médicos aqui, algum tomou a palavra? (Pausa.) Eu gostaria que eles tomassem a palavra, se não for hoje, nesse debate que eu espero que o senhor me convide, porque, como eu mostrei uma fotografia do Google, o Google hoje é um médico que a gente pode ter em casa, a gente pode acessar um mundo de informação para qualquer assunto e eu sei que, se vocês pesquisarem, vão encontrar subsídios na minha proposta. Eu quero deixar claro que no projeto de lei, como vocês sabem muito melhor do que eu, existe a exposição de motivos, e vocês vão encontrar no projeto da Ver.^a Mônica Leal várias explicações para o que foi abordado aqui. Vejam bem, senhoras e senhores, se nós comermos 10 pratos de feijoada por dia, Ver. Bernardino, tudo que é excesso faz mal, nós vamos morrer. O que eu estou dizendo é que a cafeína – que é lícita – vai disparar o nosso relógio. E, se um jovem com 12, 13 anos toma para ir para a escola, indiscriminadamente usar essa cafeína demais, esse coraçãozinho pode parar, como uns já pararam. Potencializada ainda muito mais com o álcool. O álcool e o

cigarro... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede o tempo.) Mas os jovens também compram cigarros. O que queremos é regular, é dificultar o acesso da bebida energética. Sim, Ver.^a Mônica, nós vamos ir mais além, não basta só colocar em votação e, quizá, aprovar. Nós temos que, depois, informar a sociedade, temos que informar os vendedores e, depois, temos que cobrar dos órgãos fiscalizadores. Esse é um projeto de lei pioneiro no Brasil. Parabéns.

Ver.^a Lourdes, muito obrigado, eu quero te lembrar que não é só com bebida alcoólica, se você tomar muito energético e tiveres alguma fraqueza no coração, só ele pode lhe causar malefício, não precisa nem ser potencializado.

Nós também trabalhamos com todas as outras drogas, ainda mais essas sintéticas. No último domingo, na Arena do Grêmio, tinham vários jovens que entraram não com sintomas de alcoolemia, eram essas balas, essas drogas sintéticas.

Ver. Tarciso, muito obrigado pela tua manifestação. Eu esperava mesmo de um atleta como tu, um super atleta, que não precisa disso. Ainda mais porque tu deves ter colegas de profissão que já morreram. Como um atleta é exposto demais na sua profissão, infelizmente tem a vida abreviada. Se vocês tomassem isso, teriam mais colegas de profissão que já teriam nos deixado.

Ver. Aírto, muito obrigado.

Ver. Professor Garcia, queremos esse debate. Vamos fazer essa roda de conversa e foi para isso que nós viemos provocar aqui.

Ver.^a Ariane, muito obrigado. Lembrando que também falamos nas palestras que a sociedade impõe aos jovens que sejam adultos: o que tu vais ser quando crescer, no que tu vias trabalhar? Cuida do teu quarto. Cuida da tua irmã. Mas eles não podem dirigir, eles não podem beber, eles não podem uma série de coisas. Então, eles se sentem instigados a fazer o que é proibido, está no papel deles. Os jovens sempre vão transgredir e sempre vão nos confrontar – nós, os adultos. Cabe a nós protegê-los com leis, inclusive, e fazer com que sejam fiscalizadas.

Ver. Janta, eu estive na Comissão de Legislação Participativa do Congresso. Levei o projeto da água, que deu entrada aqui com a Ver.^a Séfora Mota, e levei esse dos energéticos. Eles ficaram bem impressionados, devem indicar um relator em breve, inclusive porque morreu uma pessoa do círculo deles no mesmo dia em que eu estava

tendo a reunião com eles. Agradeço a atenção de vocês, desejo que tenham um bom trabalho e muita luz nas votações. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sr. Marcos Daudt. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h01min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é tema pouco comum nesta Casa falar-se em revisionismo histórico. É interessante, Presidente, que se diga que a escola clássica da história francesa recomenda que não se façam revisões históricas depois da 2ª Guerra Mundial. Há certas coisas sobre as quais estão se fazendo, gradativamente, revisões. Uma delas é a Guerra dos Farrapos, revisão que chega a falar em Batalha de Porongos, nas idas e vindas dos General Bento Manoel Ribeiro – idas e vindas no sentido da separação do Rio Grande, ou revolta do Rio Grande – e a Nação brasileira. Mas há algumas coisas que não se mudam por revisionismo, uma delas é a fundação da cidade de Uruguaiana pelo mineiro Domingos José de Almeida, em 1843. Não se revisa porque isso pertence à história farroupilha do Rio Grande do Sul; isso pertence à história do Rio Grande do Sul; isso pertence à história do Brasil. Mas há outras coisas que também não se revisam. Ocorre, Sr. Presidente, que, há 60 anos, exatamente nesta data, foi fundado um Centro Uruguaianense, cujos fundadores idealizadores foram: Julinha e Roberto Abbad, Circe Perugini, Gregório Rodrigues Filho, e meu irmão, Jorge Socias Villela. Ao Centro Uruguaianense não cabe revisão – refiro-me à revisão histórica. Há 60 anos, o Centro Uruguaianense desempenha incessantemente o papel importante de cultivar a tradição daquela cidade fronteiriça, que é chamada de sentinela do nosso País.

Aqui, Sr. Presidente, estão presentes o Sr. Flávio Fernandes Soares, Presidente do Centro Uruguaianense; Sr. Vanderlei Maurer, Vice-Presidente; Sr. Luiz Alberto Ibarra,

Diretor Cultural. Vou abrir um parêntese aqui. Além de um longínquo parentesco com o Sr. Luiz Alberto Ibarra, que é um exemplo para todos nós, e vou dizer por que é um exemplo. Se há 60 anos o Centro Uruguaianense era fundado, ele tem uma idade superior à maioria dos Vereadores presentes, Ibarra, agrônomo – eu não sei exatamente a idade dele, mas poderia dizer que se aproxima dos 90 anos –, pois ele está tirando curso de direito agora! Entrou este ano para o curso de direito, para se formar como advogado. É a persistência de um uruguaianense, é a persistência do Centro Uruguaianense. Eu acrescentaria ainda, Sr. Presidente, que estão presentes aqui a Sra. Elida Farias Salino, o Sr. Otto Teixeira Pires, o Sr. Nelsyr Rasquin Ferrão, a Sra. Sueli Laurino Ibarra, o Sr. Carlos Pavani e a Sra. Luci Pavani. Sr. Presidente e Srs. Vereadores, esta é uma sintética homenagem à sentinela da fronteira, à sentinela do Brasil, à Uruguaiana e seu Centro Uruguaianense. Manifesto, em curtas palavras, uma gratidão, por certo, da cidade de Porto Alegre, e o faço também na condição de ex-Prefeito desta Capital. Aliás, dois uruguaianenses já foram prefeitos da Capital, dentre os quais, eu; o outro é Raul Pont, meu primo. Vou finalizar, Sr. Presidente, dizendo que me congratulo com esta data, repito e reitero que revisionismos históricos podem caber, mas não existe revisionismo no que concerne à fundação da Cidade de Uruguaiana, no que concerne à fundação do Centro Uruguaianense.

Ficam aqui, portanto, as homenagens que este colegiado, que esta assembleia, que este conselho, que esta Câmara Municipal presta ao Centro Uruguaianense, por ocasião, exatamente, dos 60 anos de sua fundação. Era o que eu queria dizer, senhores homenageados, meu fraterno abraço a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar especialmente o nosso colega Vereador e ex-Prefeito Guilherme Socias Villela, porque traz à esta Casa, hoje, um assunto do qual precisamos fazer, sim, um registro: a importância do Centro Uruguaianense. Amanhã Uruguaiana fará 169 anos. Hoje, então, o Centro Uruguaianense

tem 60 anos aqui, Ver. Guilherme Socias Villela. Só vou fazer um registro, pelas pesquisas que fiz: quando o Centro Uruguaianense fez 50 anos, o Ver. Luiz Braz fez uma homenagem aqui nesta Casa. Quero, Ver. Guilherme Socias Villela, fazer essa referência, comparando aquilo que, em 1898, foi iniciado aqui em Porto Alegre, o Grêmio Gaúcho. É na mesma linha, esses homens que vieram da fronteira, que deixaram sua querência e vieram aqui para a Capital, queira ou não, hoje não muito em voga, mas se reuniam para manter viva a cultura da região e se encontrarem, confraternizarem. As famílias faziam isso. E aqui há um exemplo, esses irmãos de Uruguaiana, a família uruguaianense. Quero cumprimentar V. Exa, Ver. Guilherme Socias Villela, e não posso deixar de fazer, evidentemente, uma brincadeira muito respeitosa: Uruguaiana tem particulares, há uns que são exibidos, e outros nem tanto. V. Exa. é um dos que não é exibido, mas o Dorotéo Fagundes, meu amigo particular, é um exibido, mas é um grande uruguaianense, um grande gaúcho, um homem que tem levado a cultura do Rio Grande para o universo, e diz todas as semanas, com orgulho, que é de Uruguaiana. Dorotéo é nosso amigo, amigo de todos, e faço essa brincadeira porque as brincadeiras são recíprocas, assim como seu irmão diz que é o maior fabricante de linguça da fronteira, que é o Kiko, mas dizem que é de contrabando, que ele não fabrica. Essas brincadeiras, essas conversas, têm sido conversas de galpão que unem essa família de Uruguaiana. Mais uma vez, Ver. Guilherme Socias Villela, o senhor é um uruguaianense que homenageia, sim, sua terra, por aquilo que o senhor representa para nós, porto-alegrenses, hoje. O senhor foi um grande prefeito desta Cidade, é um legítimo representante de Uruguaiana. Parabéns! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Prof. Alex Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período do Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger: Sr. Presidente, eu recebi uma ligação, agora, do Secretário de Saúde, Fernando Ritter, solicitando a transferência da sua vinda aqui para a apresentação do primeiro quadrimestre da Saúde, porque amanhã nós teremos uma complicação em relação ao transporte público; se anuncia uma greve. Ele solicita que seja na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro. Quando seria, Vereador?

O Sr. Kevin Krieger: Pelo que ele me informou, seria no próprio plenário, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu lembrei, dias atrás, aqui, que fui, durante cinco anos, Secretário de Esportes, e depois foram quatro anos e meio organizando a Copa do Mundo em Porto Alegre. Dois postos de que me orgulho muito ter ocupado. Mas os projetos sociais, as políticas públicas que consegui implementar na Secretaria de Esportes para proteger crianças e adolescentes, são projetos consagrados hoje. Mesmo eu não estando mais lá, os projetos sociais, as políticas públicas protegem as nossas crianças e os nossos adolescentes. Estou muito satisfeito, porque vejo na capa do Jornal Diário Gaúcho dois projetos sociais que incrementei na Secretaria de Esportes que têm dado grande resultado. Um deles o “Social Esporte Clube”, de que fala o Diário Gaúcho. O que é o Social Esporte Clube? Eu fiz um convênio com os clubes sociais e esportivos de Porto Alegre, hoje temos nesses clubes mais de 500 crianças e adolescentes fazendo esportes gratuitamente. Muitos já estão nas equipes de competições desses clubes. Vendo que essas crianças não tinham material esportivo, criei o projeto Banco do Tênis, depois o Banco do Material Esportivo, passamos a arrecadar tênis usados em condições de uso em toda a cidade de Porto Alegre, depois material esportivo. E o Jornal Diário Gaúcho traz agora um dos resultados desses projetos, que é o Samory Uiki, que é o menino cujo pai tem um bar em frente à Arena do Grêmio. Ele foi com 13 anos para a Sogipa, através desse projeto, logo se destacou e foi para a Seleção de Atletismo da Sogipa, está na Seleção Brasileira de Atletismo e foi Vice-
pág. 18

Campeão Mundial de Salto em Distância na Itália. E aqui nesta matéria do Diário Gaúcho (Mostra capa do jornal Diário Gaúcho.) cujo título é “Da doação aos Estados Unidos”, ou seja, da doação do tênis que ele ganhou do nosso projeto, à vaga que ele ganhou na Sogipa e aos títulos que ele tem conquistados. O Samory Uiki, que saiu do projeto Social Esporte Clube, assim como mais de 500 crianças que estão espalhadas pelos clubes sociais de Porto Alegre, é uma referência e, acima de tudo, uma esperança brasileira para os Jogos Olímpicos do ano que vem. Está aqui o Ver. Tarciso, que participou de um outro projeto social chamado Social Futebol Clube, de onde saiu o Mamute, que hoje se destaca no Grêmio. Ele treinava lá no campo da Nova Gleba, era o núcleo da nossa escolinha lá, com mais de cem crianças que eram treinadas pelo Osmar e pelo Jurandir, que jogaram no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e no Caxias Futebol Clube, e, hoje, a gente vê o resultado desse projeto.

Então, quando o homem público, quando o gestor público se dedica – é a minha causa – a usar o esporte como inclusão social e ver os resultados na imprensa, e, mais ainda, ver que esses resultados estão beneficiando essas crianças e esses adolescentes, é uma realização pessoal de gestor público. Porque nós, Vereadores, aqui, falamos todos os dias nesta tribuna; pode ser o assunto mais importante e não tem nenhuma repercussão. Nenhuma repercussão! Mas no Executivo, quando se... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...consegue fazer projetos sociais, como estes que estou falando aqui, nós ficamos realizados.

E mais: criei, como projeto social lá, no Ginásio Tesourinha, uma clínica pública de fisioterapia esportiva gratuita com médicos e fisioterapeutas para atender todas essas crianças, todos os corredores de rua, todos os jogadores da várzea e todos os alunos do Ginásio Tesourinha – crianças e adultos – gratuitamente.

Então, eu me sinto realizado em ver todos esses projetos surtindo um grande efeito e contribuindo para retirar das ruas e das drogas crianças e adolescentes. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Presidente, eu queria cumprimentar o Ver. João Bosco. É um Vereador que, quando Secretário, realmente fez muito. Esse é o nosso cumprimento, porque precisamos reconhecer isso. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 27 de maio de 2015.

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 28 de maio de 2015.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes, nos termos do Requerimento nº 008/15, de autoria do Elizandro Sabino.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Loide Colise Linhares, Presidente da Clínica de Amparo à Criança, a Dra. Cínara Vianna Dutra Fraga, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude; a Sra. Deise Dornelles, Assistente Social, e o Sr. Cleber Victorino, Coordenador da Clínica de Amparo à Criança, que vai fazer uso da palavra no primeiro momento.

O SR. CLEBER VICTORINO: Boa tarde a todos os presentes; boa tarde ao Ver. Mauro Pinheiro, aos demais Vereadores. Quero agradecer o convite do Ver. Elizandro Sabino. Agradecemos primeiramente a homenagem à nossa Instituição, que foi escolhida e que está aqui no presente momento.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. CLEBER VICTORINO: Gostaria de falar um pouco sobre o incentivo à adoção, que é o tema da Semana de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes. Quero começar a minha oratória falando um pouco do nosso trabalho.

A Clínica Esperança de Amparo à Criança ou como atualmente chamamos, Ceacri, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos que acolhe crianças portadoras do

vírus HIV, crianças especiais ou crianças sem qualquer problema de saúde, que, por diversos motivos, são encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Juventude.

A Ceacri foi fundada no dia no dia 1º de maio de 1997 pela missionária sueca Mary Taranger, que era esposa do pastor-presidente da Igreja Assembleia de Deus, Irmão Nils Taranger. Já havia as ações sociais como o Orfanato Lar Esperança Orfanato Lar Esperança e o Lar de Idosos há mais de 40 anos, mas Irmã Mary um dia estava ajudando no Lar Esperança, e uma mãe veio pedir ajuda, pois estava com Aids e a sua filhinha também. Nesse momento, a missionária percebeu a necessidade de ter um lar para crianças com saúde mais frágil. E foi assim que surgiu a Clínica Esperança, um sonho de uma serva de Deus.

A missão da Clínica Esperança é oferecer cuidado, amor, proteção, educação, assistência à saúde e lazer para crianças órfãs e portadoras do vírus HIV ou não oportunizando um espaço de acolhimento que proporciona qualidade de vida, perspectiva de futuro, acesso à saúde, educação, efetivação da cidadania da criança.

Desde a sua fundação, há 18 anos, a Clínica Esperança já prestou atendimento para, aproximadamente, 150 crianças; cerca de 45 adoções ocorreram até então nesse período: 34 crianças foram adotadas, 11 adolescentes, dez crianças soropositivas foram adotadas; um deficiente mental e soropositivo foi adotado. Esses dados contabilizamos a partir de 2008, pois antes desse período não havia uma equipe técnica fixa para organizar esses dados na Instituição. E o próprio juizado, também, não apresentava uma estrutura como agora, de registrar os desligamentos com guias, etc.

Atualmente, o Ceacri abriga 41 crianças e adolescentes que residem em três unidades, com endereços diferentes: um abrigo residencial que acolhe 25 crianças e duas casas lares que cuidam de oito crianças em cada casa.

A Instituição se esforça para oferecer qualidade de vida para essas crianças e adolescentes, dentre eles: 13 crianças portadoras do vírus HIV, quatro crianças com deficiência mental, uma criança com transtorno autista, uma com Síndrome de Williams e quatro que sofreram abuso.

Em 2015, numa reportagem na Zero Hora, o Ministério Público relatou a dura realidade das nossas crianças e adolescentes. Após esgotar o trabalho com a família biológica e não dar certo, outra batalha enfrentaram: a dificuldade do juizado de dar conta de 693 crianças aptas para a adoção no Rio Grande do Sul. Além da falta de estrutura do juizado,

há algumas limitações dos próprios candidatos a pais. Somente 35% dos candidatos a pais adotivos aceitaram crianças menores de quatro anos, e 85% dos candidatos não aceitaram crianças com HIV; por isso, em 2014, apenas 40 crianças foram adotadas, em Porto Alegre. Precisamos mudar a mentalidade e a nossa cultura. Enquanto sociedade, ainda hoje, teremos crianças com HIV, como se fosse uma sentença de morte. Sabemos que é considerada, hoje, uma doença crônica, com o diabete. Também teremos crianças menores de quatro anos. Achamos que irão dar muito trabalhão ou que não irão aprender mais nada. Precisamos urgente de uma cultura mais saudável, menos egoísta e menos individualista.

É lamentável termos que dizer que, nos últimos três anos, as adoções que não deram certo, as devoluções, estão aumentando em torno de 30%. A própria Instituição enfrentou problemas: três crianças foram devolvidas, porque uma chorava, outra era muito agitada e outra tinha asma, e, como os pais trabalhavam, não teriam tempo para levá-la ao médico, caso tivesse uma crise. Passamos também pela situação de uma mãe adotiva não querer tirara a licença-maternidade por medo de perder o emprego.

Infelizmente, vivemos uma geração *fast-food*. Quem quer dinheiro, quer tudo rápido, mas não quer pagar o preço. Cada vez mais casais optam por ter um filho ou nenhum. Não estamos aqui para julgar, mas para refletir de que forma a sociedade brasileira quer viver o seu futuro. Quais valores estamos construindo? Por mais que um abrigo ou casa lar ofereça, nada pode substituir uma família. A família oferece uma identidade, uma história, na qual a criança pode apropriar-se e se desenvolver. É um porto seguro para a sua infância e para toda a vida. Todos sabemos disso e precisamos, mais do que nunca, lutar para que isso aconteça. A palavra de Deus, a bíblia, inicia justamente com Deus, nosso Senhor, criando o universo e criando um casal, instituindo, assim, a família. Em todo tempo, esse livro sagrado estabelece o cuidado de Deus em relação ao marido, à esposa e aos filhos, o cuidado com o órfão, mas, principalmente o centro de toda a Bíblia fala sobre Jesus que foi adotado por José. Ambos foram exemplos de amor, de sacrifício e tolerância. Precisamos voltar a amar e a tolerar as diferenças. Precisamos olhar para uma realidade muitas vezes invisível aos cidadãos comuns. Neste momento, compartilhamos o desejo único de mais esperança para o futuro das nossas crianças. Esperamos, para o nosso Estado, mais cidadania para a nossa Nação. O nosso objetivo comum é olhar para

as nossas crianças e adolescentes e desejar que o direito de terem uma família se concretize.

Agradecemos a oportunidade, apoio e preocupação com as crianças e adolescentes que necessitam de tanto carinho, amor e atenção, mas, principalmente, necessitam de um futuro melhor. Agradeço a participação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Dra. Cinara Braga, Promotora de Justiça e da Juventude, está com a palavra.

A SRA. CINARA VIANNA DUTRA BRAGA: Sr. Presidente, agradeço ao Ver. Elizandro Sabino e o convite para virmos falar sobre acolhimento e adoção. Cabe ao Ministério Público, por determinação constitucional, fazer a fiscalização das casas de acolhimento. Hoje, nós temos em Porto Alegre 110 casas, sendo 35 do Estado do Rio Grande do Sul; 12 casas próprias da FASC, municipais; 59 conveniadas e quatro ONGs. É um universo de 110 casas que hoje acolhem 1.323 crianças e adolescentes, essas que já foram, de alguma forma, muito violentadas nos seus direitos fundamentais. Tanto que o Poder Judiciário foi obrigado a determinar o acolhimento na casa sob tutela do Estado. O que a gente viu há pouco tempo? Eu vou mostrar rapidamente algumas fotos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. CINARA VIANNA DUTRA BRAGA: Estes quadros, que já apresentei em um Sessão anterior aqui nesta Casa, nos mostram o quanto as casas de acolhimento não estavam e ainda não estão preparadas de forma adequada para cuidar da nossa criança e do nosso adolescente. Estas fotos que os senhores estão vendo mostram a realidade que atenta à dignidade da pessoa humana – já melhorou bastante, mas não o suficiente para que fiquemos tranquilos. E vou dizer: além da situação estrutural precária, nós temos também a falta de capacitação das pessoas que cuidam das crianças dentro da casa de acolhimento. Eu tenho, junto à FASC e junto à FPE – este relatório que nós fazemos a cada quatro meses –, a busca por qualificação de estrutura física e principalmente das pessoas que tratam com a nossa criança e com o nosso adolescente.

Nós temos, hoje, 59 sindicâncias, inquéritos civis e peças de informação que apuram negligências no atendimento, maus-tratos, abuso sexual, além de superlotação e falta de servidores. Alguém me disse que era um número muito pequeno, mas eu digo: é um número absurdo! Como é que nós, que cuidamos da criança e do adolescente, estamos apurando situações como essas? Não poderia ter nenhum expediente instaurado. Então, é muito grave. Nós temos que qualificar a prestação do serviço, isso é da atribuição do Executivo Municipal, em razão da FASC, que é a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, que melhorou muito, mas tem um longo caminho a percorrer; e também do Estado do Rio Grande do Sul, porque o Governo Tarso não fez porque estava saindo, e o Governo Sartori não faz porque está entrando e não tem dinheiro. Enquanto isso, as nossas crianças e os nossos adolescentes estão no meio da imundície, estão no meio do descaso. Claro, não é no todo, mas, infelizmente, sim, temos casas em que eles estão, praticamente, muito negligenciados nos cuidados, longe de ser o que queremos. Então, eu aproveito o uso da palavra e agradeço, Ver. Elizandro, porque isso é muito grave.

Tanto quanto a precariedade do serviço prestado pelo Executivo, ou talvez pior, é a prestação do serviço do Poder Judiciário. Nós temos a obrigação de zelar que essas casas tenham fluxo, o que hoje não acontece. Nós temos um único juizado, o 2º Juizado da Infância e Juventude, que atende a 4.609 ações e uma juíza responsável. Em outubro passado, veio a segunda Juíza para fazer as audiências concentradas, mas em um cartório que não comporta. Então, eu tenho aí, pelo menos, 590 ações de destituição de poder familiar, que deveriam tramitar em 120 dias, tramitando por anos! Ano passado, como bem colocou o Cleber, do Ceacri, foram 40 adoções o ano inteiro, neste ano foram somente 10. E vejam os senhores, por exemplo, ali, a Renata – esses nomes são fictícios –, ela nasceu em 21 de março, foi acolhida com menos de 20 dias, e ela foi adotada com três anos e sete meses. Vejam os senhores, dos 40 casos, a média, até ali que eu visualizo, entrou no acolhimento com menos de dois meses; a Sofia foi acolhida com quatro anos e sete meses, quatro anos e cinco meses de acolhimento. E vejam, senhores, esses 40 nomes, com exceção de dois deles, todos eles são bebês, com menos de um ano de idade. Esses são os que saíram, e os que não saíram? As crianças que estão aguardando com dois, três, quatro, cinco anos? Neste ano de 2015, nós tivemos 10 adoções, destas, a média de acolhimento foi de dois anos. Do ano passado

foram de dois anos e meio. Então, vejam, senhores, é um absurdo, nós temos, pelo Conselho Nacional de Justiça, 33.500 pessoas aptas à adoção, sonhando com uma família. E, aqui em Porto Alegre... aqui é no Rio Grande do Sul, o relatório de número de crianças aptas à adoção, crianças e adolescentes – interessa que é Porto Alegre. Nós temos, em Porto Alegre, 259 crianças aptas à adoção; nós temos, no Brasil, um cadastro de 33.500 pessoas aptas, querendo, sonhando em formar uma família. Então, por que não estruturar que realmente aconteçam essas adoções? Eu já tenho pronto, identificadas as duas pontas, nós precisamos que os técnicos do Judiciário unam, e não basta inserir o nome no cadastro nacional, eu tenho que vincular. O que significa vincular? Por exemplo: eu tenho uma menina de cinco anos, cujo nome consta no cadastro, que puxou 193 habilitados prontos para adotá-la, e não foi feita a ligação com nenhum desses 193. Talvez, daqui a um ano, eu não consiga sequer uma pessoa interessada, e por que não é feito esse trabalho?

Então, senhores, eu aproveito esse espaço para responder ao Ver. João Bosco, que perguntou se deveria haver alguma movimentação da Câmara Municipal de Vereadores nesse sentido. Vereador, eu acredito e digo aos senhores: tem de haver uma movimentação de todas a sociedade gaúcha, quando eu falo de Porto Alegre, falo também do Rio Grande do Sul. Eu acho que deve ser buscado junto ao Judiciário para que ele se estruture de forma adequada para atender essa demanda, porque é um anseio da sociedade gaúcha, é um anseio do nosso Brasil! E nós temos obrigação com essas crianças e adolescentes que não tem voz, a voz deles somos nós.

Eu clamo para que esta Casa grite pela nossa criança e nosso adolescente. Essa situação de perder a primeira infância numa casa de acolhimento é inadmissível. Então, conclamo aos senhores Vereadores, aos pais, às mães de família que aqui se encontram que lutemos juntos para que haja uma transformação nessa realidade. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. João Bosco Vaz: Sr. Presidente, na realidade, eu falei com a Dra. Cinara porque é muito importante que esta Casa se una e tente pressionar o Judiciário para que também seja rápido, porque esses dados são estarrecedores, e nós já os conhecíamos quando a Dra Cínara veio na nossa Comissão de Direitos Humanos. Então, ou eu vou propor uma

Comissão Especial, ou vou propor uma Frente Parlamentar da Casa, para que possamos agilizar. Não é possível que 259 crianças estejam aptas a serem adotadas; não é possível, e é inacreditável que a criança entre numa casa com quatro meses e saia com quatro anos sem ser adotada. Esses processos estão todos no Judiciário, que se sabe, está sobrecarregado, mas que pode priorizar essa situação para o bem das nossas crianças e adolescentes e para a realização de muitas famílias que sonham em ter um filho ou uma filha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quero convidar Dienai Colise Linhares, Psicóloga da equipe, para fazer parte da Mesa.

O Ver. Elizandro Sabino, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadores, senhores e senhoras, quero, de uma forma muito especial, saudar a composição da Mesa: Sra. Loide Linhares, Presidente da Clínica de Amparo à Criança; Dra. Cinara Vianna Dutra Braga, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude; Sra. Deise Dornelles, Assistente Social; Sr. Cleber Victorino, coordenador da Clínica de Amparo à Criança; Sra. Dienai Colise Linhares, psicóloga; Sr. Carlos Kremer, da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Edson Menezes, da Escola de Gestão Pública, Secretaria Municipal da Administração; Sra. Rosí Prigol, Presidente do Instituto Amigos de Lucas e Voluntários, que se faz acompanhar do Vice-Presidente; Sra. Kênia, assistente municipal e representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Quero dizer da minha especial admiração pelo Instituto Amigos de Lucas, que aqui está presente na pessoa da Sra. Rosí. Estamos orientando o Instituto no sentido de agilizar o processo para que faça uso da Tribuna Popular desta Casa, para trazer, também, a importância do trabalho que realiza. Quando fui conselheiro tutelar, muito trabalhei junto com o Instituto, conheço e reconheço o trabalho que realiza na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto de nossa autoria é com relação à Semana Municipal de Adoção, com o objetivo de promover o debate, o incentivo e, de forma anual, estarmos aqui trazendo a referência desse dia, que é o dia 25 de maio, naquela semana. Hoje temos a primeira Semana

Municipal de Incentivo à Adoção aqui na Câmara Municipal celebrada no Município de Porto Alegre. Ver. Maroni, este tema é de grande importância porque temos que fazer o debate sobre ele junto ao Poder Público, junto à sociedade civil, porque há muitos empecilhos, infelizmente, tanto para a pessoa que quer adotar quanto para as crianças que estão na fila de espera para serem adotadas. Por exemplo, o preconceito de cor, embora venha diminuindo, ainda é uma realidade. Em 2010, o percentual de 31% dos pretendentes afirmava não se importar com a cor da pele da criança – apenas 31%. Hoje, 40% atestam isso no formulário de cadastro. A idade é outro obstáculo, Ver. Nereu D'Avila, porque nove, em cada dez pessoas, querem adotar crianças de até cinco anos de idade; ou seja, é uma faixa correspondente a menos de 10% das crianças cadastradas. Então, para 90% dos jovens entre oito a dezessete anos, o percentual de adultos que estão dispostos a adotá-los é em torno de 2%. Então, é uma barreira, é um desafio a ser superado. No início de 2013, o sistema que foi apresentado aqui pela promotora, que é o Cadastro Nacional de Adoção, contava com 29.284 adultos em busca de um filho e 5.741 crianças e adolescentes aptos a serem adotados. Atualmente, segundo a Vara da Infância e da Juventude, existem 300 acrianças aptas a serem adotadas e cerca de 2.500 famílias inscritas e em condições de adotarem.

Então, estamos diante de um desafio, e o tema é por demais importante, por demais envolvente. Eu me lembro de um processo em que advoguei, antes da lei que estabeleceu o Cadastro Unificado no Brasil, em que uma mãe me procurava, ela tentava ter filhos há 11 anos e não conseguia adotar em virtude de problemas, etc., ela fazia acompanhamento médico e não tinha condições de adotar. Nós ajuizamos um processo de adoção. Essa mãe judicialmente adotou, e, incrivelmente, depois de adotar – sobre isso até falei com a Rosi, no gabinete – ela engravidou. É muito interessante como o humano reage a essa questão emocional relacionada a esse tema tão importante que é o tema da adoção.

É nesse sentido que nós propomos aqui na Câmara de Vereadores esta Semana de Incentivo à Adoção, para, justamente, trazer esse debate à Câmara e trazer a importância desse tema aqui para a Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Agradeço muitíssimo, Sr. Presidente, a presença dos Vereadores, a presença das instituições, da nossa OAB. Fiz parte da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, que é uma comissão permanente, Ver. Nereu, em que trabalhamos esse tema de forma muito presente também. De uma forma muito especial, agradeço à Clínica de Amparo à Criança e ao Adolescente, ao Instituto Amigos de Lucas, à representação do CMDCA, mais uma vez, à Escola de Gestão Pública, à nossa Promotora de Justiça, Dra. Cinara Vianna Dutra Braga, trazendo esses elementos tão importantes no dia de hoje, colaborando com esse debate, e a todos os presentes. Obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez pela oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero fazer uma saudação muito especial ao Ver. Elizandro Sabino pela iniciativa. Estou há três meses nesta Câmara, talvez hoje tenha sido o dia mais importante de todo esse tempo devido a importância desse tema.

Tenho visitado, quase que diariamente, clínicas e casas geriátricas para conhecer, porque, se tenho que ser Vereador, preciso conhecer a realidade das coisas; e eu não conhecia. Comecei com clínicas de crianças com câncer, acabei entrando na questão psiquiátrica, de lesão cerebral e, por acaso, fui parar em Casas Lares, que não estavam na minha agenda, mas acabei conhecendo. Aí fui conhecer a Casa do Excepcional Santa Rita de Cassiá, a Casa do Menino Jesus de Praga, o Lar de Santo Antônio dos Excepcionais, o Cerepal, o Abrigo João Paulo II, enfim, um conjunto de entidades. Acho que esse não é um tema político, é um tema que transcende qualquer coisa, porque discutir isso numa sociedade atrasada como é a nossa é discutir o que há de principal, onde a sociedade se concentra em maior preconceito, em todos os aspectos. Se há preconceito sexual dentro da sociedade, ali há mais ainda; se há preconceito racial, ali é maior ainda, e quem está do lado de lá não é alguém com capacidade psicológica para se

defender, é alguém que está nascendo. Eu me lembro de, no Natal, sentir falta quando um tio não comparecia – eu, que era uma criança que tinha família, pai – e, no Ano-Novo, tinha dificuldade. Imaginem uma criança que fica esperando o principal, depois não querem que essa criança se revolte! Acho que é universal, é por algo energético que ainda se tem uma sociedade minimamente equilibrada, porque essas crianças ainda são muito do bem em comparação ao que deveriam ser – muito do bem! A gente está pagando um preço muito baixo pelo que a sociedade apresenta para elas, baratíssimo, uma criança dessas teria todos os motivos para estar, em cada segundo, revoltada, porque ela não ganha nada, ela veio para o mundo devendo e, simplesmente, já sai pagando uma conta que muitos adultos não teriam estrutura para pagar. Ao falar em negligência, maus-tratos, abuso sexual, pergunto aqui qual adulto tem estrutura para aguentar isso? Meu Prefeito Villela, por quem eu tenho uma admiração profunda, a gente tem condições de enfrentar isso, como adultos? Não tem. Eu poderia ser psicólogo, psiquiatra, o que fosse, promotor, mas não teria estrutura, porque é uma situação que passa de qualquer limite; imaginem com uma criança que está tentando perceber e sentir as primeiras coisas do mundo. Visibilidade? Nós não temos que dar visibilidade. É uma obrigação ter isso como prioridade! Se tivesse como, essa seria a prioridade do Orçamento, essa é a prioridade das prioridades, não tem nada além disso, o resto tudo é suportável. Olhem que eu estou tratando de idoso e de animal, mas isso, tenho certeza, precisa mais. Falar que há 1.323 crianças, 110 casas de acolhimento em que acontece esse tipo de coisa é muito complicado. Eu queria citar um exemplo, porque essa pessoa me fez chorar numa tarde, e ela sabe que o que estou falando é verdade, quando ela me mostrou as fotos, uma pessoa que além de admiração pessoal, tenho admiração profissional, pois ela trabalha comigo, que é a Cheril, que ficou dois anos para adotar uma menina negra, que é a Rafa, que é o que há de mais encantador no mundo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero que vocês conheçam essa menina que foi para um lar com menos de um mês, e saiu de lá com cinco anos. Uma menina negra, linda, linda, que vai, provavelmente, ser uma modelo, falo sempre para a Cheril, de tão linda, encantadora, inteligente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o maior gesto de superioridade, de elevação emocional, de qualquer coisa que se pode ter – não é passar em um concurso público, não é ser um profissional A, B ou C, um jogador de futebol

famoso –, mas o mais bonito é o gesto da adoção. E essa menina disse para a sua mãe, e eu aposto que muitas crianças dizem: “Mãe, por que tu demorou tanto?” Eu tenho certeza de que este é o sentimento que muitos têm, todos lá dentro estão esperando por uma mãe que demora tanto a chegar. Parabéns para vocês. Isso tem que ser prioridade acima do número um. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Ariane Leitão está com a palavra em Comunicações.

A SRA. ARIANE LEITÃO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. Uma saudação ao Ver. Elizandro pela iniciativa em relação ao importante incentivo em relação à adoção de crianças e adolescentes na nossa Cidade, e gostaria de saudar a Dra. Cínara, que está se retirando agora, e em nome dela, saudar os demais presentes na Mesa. Uma saudação ao trabalho que a Dra. Cinara, promotora de Justiça, desenvolve. Venho aqui fazer, na verdade, uma comparação ao trabalho que eu desenvolvia como Secretária de Política para Mulheres no Governo Tarso Genro, e o quanto nós identificávamos as dificuldades que os gestores públicos, que as instituições públicas têm em destinar recursos para os setores que chamamos de minorias de direitos, e aqui também estão as crianças e adolescentes envolvidos. Por que digo isso? Quando assumimos a Secretaria de Política para as Mulheres, no início de 2013, tínhamos apenas uma Vara em todo o Estado do Rio Grande do Sul para atender os casos de violência doméstica. E eu ouvi aqui a Dra. Cinara falando que essa é a mesma situação das crianças e adolescentes. Nós deixamos o Governo do Estado com oito Varas aprovadas, mais duas existentes; portanto, hoje, nós temos dez Varas para atender os casos de violência doméstica. Claro que depende do Poder Judiciário colocar essas varas em prática. E o que vemos aqui é a mesma situação, a da falta de incentivo e da destinação de recursos públicos para a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes. Essa é uma luta com a qual me identifiquei, que nós trabalhamos em relação à política para as mulheres, e nós verificamos a dificuldade que é destinar recursos para a garantia desses direitos.

Coloco aqui também, em que pese o respeito à questão religiosa, que não é mais possível que continuemos a discutir o impedimento de casais homoafetivos em relação à

adoção de crianças e adolescentes. Nós vemos o número de crianças para ser adotadas e ainda percebemos a possibilidade de um retrocesso do Congresso Nacional na questão da não possibilidade de adoção por casais homoafetivos, seja de homens ou de mulheres. Isso não é mais possível! O que interessa é o direito das crianças e adolescentes de terem uma família, a importância de existir um círculo familiar, um núcleo familiar e que nesse núcleo familiar a principal questão seja o amor. Independente da questão de orientação sexual, a importância de que essas crianças sejam atendidas, respeitando obviamente a posição do Ver. Sabino e dos demais componentes da Mesa. Só coloco aqui a importância dos poderes públicos estarem pensando sobre isso também. Nós precisamos dialogar com uma sociedade que viva a partir da liberdade e do amor, a partir da liberdade e da diversidade, da valorização da diversidade. E nessa perspectiva reitero: o mais importante é a vida dessas crianças, é a possibilidade dessas crianças terem uma família, é a possibilidade dessas crianças saírem desses espaços que estão tão sucateados, que nós vimos durante o Governo Tarso Genro, e que nós vemos agora também, já nesse início do Governo Sartori, a dificuldade que nós temos em avançar nessa perspectiva. E reitero mais uma vez a dificuldade dos gestores públicos, homens e mulheres, em destinar recurso para essas crianças, para os espaços que atendem essas crianças. Portanto, saúdo aqui a iniciativa. Coloco também a questão importante de nós estarmos lutando por mais recursos para isso, e que as pessoas, que nos ouvem hoje aqui através da TV Câmara e nas galerias, pensem sobre isso. Nós precisamos dialogar a partir da perspectiva da liberdade e do amor. Isso é o mais importante, esse deve ser o elemento bacilar para a formação e consolidação de uma sociedade que garanta direitos humanos, especialmente, das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Elizandro Sabino, que preside a Frente Parlamentar que trata desse tema nesta Casa e que iniciou a sua carreira política no Conselho Tutelar, uma função muito importante na

nossa Cidade, no nosso País, que neste ano tem eleições unificadas no Brasil inteiro, uma luta muito grande dos conselheiros.

A explanação da Dra. Cinara nos acende um sinal vermelho – não digo de alerta –, nos acende um sinal de tristeza, quando se vê uma dura realidade: as crianças entram nas casas recém-nascida e pode se dizer que saem das casas já adolescentes, que saem de lá com seis anos já, não saem com aquele período que, muitas vezes, fica na lembrança. Na segunda-feira, estava aquele tempo nublado, eu, andando pelas ruas de Porto Alegre, de tardezinha, quando saímos daqui, me lembrei da minha infância, dos tempos de inverno, que saia para jogar bola, soltar pandorga, jogar taco. Eram aqueles tempos de início de inverno, de outono, chove não molha, da minha infância no Partenon, na São José; me recordei da minha infância.

Então, as crianças estão sendo ceifadas dessas lembranças, de chegar em casa, de estar a mãe e a avó esperando com um chá, com um bolo: “O que está fazendo na rua de pé descalço?”. Estas coisas que somente a família traz para a gente: manda tomar banho, se aquecer; dessas coisas, as crianças estão sendo ceifadas. E, muitas vezes, a gente vê na TV casos de crianças que são abandonadas pelas mães e que, imediatamente, se vê comoção social, crianças que são abandonadas no lixo, crianças que são abandonadas em caixas, que as mães abandonam logo ao nascer, e aí se vê aquela comoção social. Formam-se, imediatamente, nos hospitais, filas de gente para adotar; é uma coisa que parece que todos os problemas no mundo estão resolvidos. E a realidade hoje, aqui, vem à tona para nós, que a realidade é dura e ela foi exposta claramente aqui – que a realidade da adoção no Brasil é que ela pode levar tempos absurdos. Absurdos! E aí esse contato materno e esse contato da família são ceifados. Então, eu acho que cabe a nós, entes públicos, começar a cobrar; gasta-se tanto dinheiro em tantas coisas, pergunto: por que não se pode ter uma campanha institucional da própria Câmara de Vereadores, Presidente Mauro Pinheiro? Colocar na nossa TVCâmara, na própria Assembleia Legislativa, o próprio Ministério Público, a TV Justiça, a TV Senado. Não precisa botar o rosto dessas crianças, mas como o exemplo que a Promotora trouxe aqui, botar quantas Lauras, quantos Cláudios, quantos Mauros, quantos Sabinos, quantos Kevins, quantos Maronis para serem adotados! Um desenho de crianças esperando a adoção. Quantas pessoas, ao saberem disso, como nós soubemos hoje, não vão ficar chocadas e surpresas e não vão procurar agilizar os nossos políticos, como nós hoje vamos tentar

agilizar, para que não haja burocratização, e que as coisas sejam mais rápidas. Não pode uma criança esperar quatro, cinco, seis anos para ter o direito a um lar.

Então eu quero dizer que a nossa bancada, quero dizer que, com certeza, esta Câmara de Vereadores, os políticos vão estar à disposição para agilizar essa decisão. Fica aqui a nossa sugestão para que todas essas casas, todos esses entes se mobilizem, para que essas campanhas venham às ruas e conscientizem as pessoas da necessidade urgente de se mudar as leis para que seja dada essa oportunidade para as crianças terem seu lar, para as crianças terem o convívio com as famílias. Só quem já participou de alguma coisa sabe; eu levava crianças para o Patronato. Despedir-me das crianças me fez muito mal. Eu parei de fazer isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações.

O SR. KEVIN KRIEGER: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cumprimento o Ver. Elizandro Sabino, que traz esta pauta muito importante. Loide, eu me lembro muito bem quando fui conhecer a Clínica Esperança, naquele momento em que nós estávamos, Ver. Elizandro, implantando o Sistema Único da Assistência Social, com novas regras, uma legislação nova. E a Clínica Esperança não estava adequada ainda, naquele momento. Eu não me lembro agora, mas eram em torno de cinquenta ou sessenta crianças dentro de um abrigo da Clínica Esperança, e nós fizemos toda uma construção. Como fizemos com a Fundação Pão dos Pobres, fizemos também com a Clínica Esperança, para que ela pudesse se adequar, e hoje tem um abrigo para até vinte, mas, de vez em quando, tem um pouco mais; hoje tem vinte e cinco, mas ainda é um número que a gente considera tranquilo em relação ao acolhimento institucional, e duas casas-lar.

Ou seja, houve um reordenamento desses espaços para melhor atender às crianças e adolescentes.

Nós vimos aqui a própria promotora Cínara mostrar fotos dos abrigos residenciais, tanto do Município quanto do Estado, Janta, com dificuldades, mas ela mesma tem dito, Ver. Bosco, que esteve em uma outra reunião na qual a promotora Cínara esteve,

reconhecendo que, de um ano para cá, houve muitos avanços em relação à FASC, porque poucas pessoas, talvez, saibam o quanto é difícil administrar um abrigo residencial para 20 crianças e adolescentes, com mais uma grande equipe que faz parte deste processo, Elizandro.

E, talvez, até nas entidades não-governamentais seja mais fácil do que no sistema público, porque no sistema público, infelizmente, ele não pode comprar uma mochila para cada criança, seja lá de que super-herói for, ou de qualquer outra coisa que a menina gostaria. Não! O sistema público tem que comprar por edital, por licitação, e aquelas mochilas, Elizandro, têm que ser iguais para todas as crianças.

E elas chegam lá na escola, e, muitas vezes, as outras crianças sabem que as nossas crianças são de abrigos.

E as nossas escolas precisam se preparar para isso também, aliás, a rede inteira precisa se preparar em muitos aspectos.

Eu lembro, em 2009, quando nós tínhamos 30 unidades de acolhimento institucional. Hoje nós temos 71 unidades de acolhimento institucional no Município de Porto Alegre.

Em seis anos, foram 41 unidades abertas, é mais de uma unidade a cada dois meses, uma unidade de acolhimento institucional a cada dois meses. Isso para um sistema público, em parceria com as entidades não-governamentais, e um sistema público, é muito.

E na tua fala, Maroni, eu quero fazer um reconhecimento aos que trabalham diariamente com as crianças e adolescentes. Quando tu falas da tua servidora pública, que adotou uma menina, que é a melhor coisa que tu já viste na vida, tem um significado enorme, porque durante cinco anos, ela esteve num acolhimento institucional. E durante cinco anos, quem cuidou dessa criança foram os técnicos, os educadores, os dirigentes, e os gestores públicos, que, trabalhando juntos, construíram essa criança, esse adolescente, que, durante a sua infância, quando mais precisou de atenção, quem é que esteve ao seu lado? Os educadores, que estão durante 24 horas atendendo, acolhendo, com todo carinho e dedicação. Então nosso reconhecimento a esses trabalhadores, Ver. Elizandro, que estão lá, durante 24 horas, fazendo o seu trabalho.

Presidente, quero dar uma sugestão: que nós, em nome da Mesa Diretora, em nome dos Líderes das bancadas, possamos fazer uma carta ao Poder Judiciário, para que possa, sim, contratar técnicos para auxiliar. Em 2014, o Poder Judiciário pediu mais de 300

acolhimentos para a Fundação de Assistência Social e Cidadania, e apenas 40 foram adotados. Mais de 300 solicitações de recolhimento, 40 adotados! Como a promotora falou, alguns casos com mais de quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: A Promotora Cinara fez duas colocações em nome de duas crianças fictícias, que ficaram durante quatro a cinco anos para serem adotadas, quase passando do limite do perfil que as pessoas querem adotar. Durante esses quatro ou cinco anos, onde elas estiveram? Acolhidas, e muito bem acolhidas. Temos dificuldades, tanto na rede conveniada quanto na rede pública. Temos, sim! Quando estraga um banheiro, porque são 20 crianças e adolescentes e mais a equipe, que não usam só um banheiro, mas três ou até mais, nas nossas casas, demora para consertar; quando um sofá é comprado, em um mês, já está destruído, porque são 20 crianças e adolescentes usando aquele equipamento, é preciso ter compreensão, sim. Isso a Promotora Cinara tem muito, porque é uma promotora que fiscaliza, que bota o dedo na ferida, mas que sabe reconhecer os avanços dos últimos anos. A gente sabe que precisa melhorar sempre, quando tu defendes o direito da criança e do adolescente. Maroni, fiz questão de falar isso, porque muitas vezes acontece, infelizmente, dentro de abrigos, como acontece dentro de muitas casas, a violação dos direitos humanos, violação dos direitos da criança e do adolescente – acontece, sim, senão não precisaria ter abrigo residencial e nem casa lar. Se hoje temos abrigos residenciais e casas lares – e temos 110 em Porto Alegre, sendo que 71 são administradas pelo Poder Público Municipal ou com gestão compartilhada ou com gestão coordenada e supervisionada pela Fundação ou abrigos próprios – é porque, infelizmente, temos violações nas nossas casas. Precisamos melhorar, sem dúvida, mas vamos ter orgulho também do trabalho que se faz. Porque senão essa menina não seria tão querida, tão amorosa, se ela não tivesse tido muito carinho e muito amor ao longo dos anos que ela passou em um abrigo residencial ou numa casa lar. Precisamos ver, sim, o que está errado, mas a maioria das coisas é boa dentro dos abrigos e das casas lares.

Quero te parabenizar, Elizandro; senão me engano, trouxeste esse projeto de lei da Semana da Adoção desde o ano passado. Hoje, passado esse tempo, trazes para essa discussão que não fica mais só no sistema público, Ver.^a Sofia, que também administraste e sabes da dificuldade para fazer as coisas acontecerem no sistema público e no Poder Judiciário, que precisa contratar os seus técnicos para agilizar o processo de adoção. E isso facilitaria muito a Clínica Esperança, facilitaria muito a nossa Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul e facilitaria muito a Fundação de Assistência Social e Cidadania, porque muitas dessas crianças que passam quatro anos talvez não estivessem ocupando uma vaga de outras crianças que estaria chegando, e, talvez, não estariam gerando uma sobrecarga no trabalho dos nossos técnicos que fazem um excelente trabalho para retorno dessas crianças e adolescentes para suas casas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em verdade, nos incumbe a tarefa de, no momento, agregar a posição do nosso partido, o DEM, ao processo de valorização da adoção que se desenvolve nesta tarde aqui na Casa. A todos vocês, Ver. Mauro, eu quero agradecer pela presença aqui nesta Casa. Vereador – especialmente aqueles mais antigos, é o meu caso, que tem uma forte militância aqui na Casa – tem que se desdobrar, com muito frequência, em mil e umas atividades. Nós iniciamos ouvindo o pronunciamento do Ver. Elizandro, antes de concluir fomos chamados para outra atividade, voltamos para cá quando o Ver. Kevin estava inflamado se pronunciando, e agora ocupamos a tribuna.

De tudo isso, uma excelente circunstância: os belos pronunciamentos, um do Ver. Elizandro, a quem eu tenho dito que o fruto não cai longe da árvore, tem sido um grande Vereador aqui na Casa – como foi o seu pai –, com a sua vibração jovem tem sido um excelente parceiro que nós dispomos, hoje presidindo a Comissão de Constituição e Justiça da Casa, onde eu convivi com ele durante dois belos e férteis anos. O Elizandro e o Kevin têm um fato em comum: ambos foram conselheiros tutelares, e, por conseguinte,

tiveram aguçada a sensibilidade para essa ação qualificada num jargão até um tanto quanto comercial que diz: a adoção é um ato de amor. Aos 75 anos de idade a gente já observou de tudo um pouco, e uma das coisas que, ao longo do tempo, eu verifico sistematicamente, há 40 ou 50 anos, e agora mais presentemente, é o carinho que o adotante sistematicamente revela ao adotado, carinho que, às vezes, Ver. Elizandro, me parece até exagerado. Eu tenho alguns amigos a quem digo: não exagere, é demais. O pai e a mãe não podem ser só carinho, amor, fraternidade; às vezes, têm que ter um pouco de pulso, de dureza, etc., no encaminhamento da criança e do adolescente.

Então, por conhecer exemplos maravilhosos, eu acho que essa é uma ação magnífica. Eu tive a graça divina de ser pai; a minha mulher, a graça de ser mãe; a minha filha me deu uma neta; e a história, para nós, continua. Mas eu não invejo, eu admiro aquelas pessoas que, não sendo pais biológicos, adotam um parente, uma pessoa próxima, e, às vezes, uma pessoa que nunca havia se visto, um ser que chegou ao mundo, desprotegido pela circunstância, e, ao adotá-lo, promovem esse ato de amor e encaminham essa criança para uma vida digna, integrada à sociedade, com amor e com gesto de fraternidade da qual eles foram alvo.

Por isso eu quero cumprimentá-los de coração. Acho que vocês se dedicam a uma ação positiva, merecedora não só do nosso aplauso, mas especialmente do nosso reconhecimento. E aí eu peço que se diga, por toda esta Porto Alegre, que esta Casa não é só a Casa dos anseios populares, dos reclames populares, onde as mazelas da Cidade são colocadas; aqui, de vez em quando, a gente para, olha, percebe e proclama. Existem bons exemplos que têm de serem proclamados e apresentados à sociedade como capazes de produzir um bom efeito. Que a ação de vocês prospere... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Não se constanjam, venham aqui na Câmara Municipal que vozes solidárias não faltarão para estarem ao lado de vocês, para que continuem esse belíssimo trabalho. Meus cumprimentos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença dos nossos convidados. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h24min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (16h26min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo o Ofício nº 620, do Gabinete do Prefeito, que encaminha o PLCE nº 012/15.

Apregoo o PLL nº 093/15, de autoria do Ver. João Bosco Vaz.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Encerrado o período de Pauta.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Ver. Mauro Pinheiro, queria falar de alguns temas hoje. Quero cumprimentar o Ver. Elizandro Sabino e o pessoal das casas-lar, a Promotoria, que estavam aqui. Quero trazer um assunto que não é o número um, porque o número um são as crianças dessas casas-lar, que não têm nem como se defender. Mas conheci, nesta semana, três locais dos quais quero falar, que foram muito importantes - tu, Ariane, que és uma defensora incondicional dos direitos humanos. Fui na primeira casa de meninas e adolescentes vulneráveis à drogadição; eu nem sabia que tinha uma casa-lar exclusiva para mulheres, e esta é lá no bairro Navegantes, é a Casa de Marta e Maria. É uma casa que abriga em torno de 50, 60 mulheres - meninas e adolescentes -, que não têm estrutura nenhuma de família e que estão num alto nível de drogadição. Elas vão para lá e ficam de nove meses a dois anos internadas, por própria vontade, e lá há uma assistência muito bacana. Lá o trabalho é tocado por freiras, assistentes sociais, psicólogas e é uma referência muito bacana. Cheguei lá e é emocionante – nem pude publicar as fotos – ver as mães, meninas com seus bebês de colo e de onde esses bebês provavelmente sairão com um, dois anos de idade ou até mais, porque muitos entraram com alguns meses. Lá é feito um trabalho muito bonito de resgate à cidadania. Convido a todos os colegas a visitarem.

Trago também um tema que, como a questão das crianças, peguei como prioridade, que é a questão dos idosos. Políticas importantes que venho tentando conhecer para estabelecer as necessidades que se tem casa a casa, lar a lar, geriatria a geriatria, e

tenho conhecido os mais diversos, desde locais onde se vê idosos malcuidados, cheirando a xixi, muitos pobres que vivem do voluntariado, e esses são a maior parte. Estive em lares dos quais não vou citar o nome porque acho constrangedor, até porque é uma tentativa do mínimo, pessoas que sobrevivem, não sei como, com gente doente, gente que necessita de fraldas, de remédios e vive de voluntariado. Pouco há de intervenção pública, de investimento público, apesar de toda a vontade do Comui – Conselho Municipal do Idoso –, que realiza um trabalho bonito pela Prefeitura de Porto Alegre, mas a demanda é tão grande – e eu estava vendo os números –, 11% da nossa população é de idosos. Não é qualquer coisa, e a tendência é aumentar. Em Porto Alegre, nós temos a Delegacia de Proteção aos Idosos, e é muito importante que a população em geral se some ao setor público para defender esse tema. O telefone da Delegacia é 3288-2390. Existe o Estatuto do Idoso, estou tentando agora, e quero convidar os colegas a ajudar, a elaborar o “Código Municipal do Idoso” para garantir um mínimo de política pública que já se tem no Estatuto, de bens de cultura, de integração à comunidade, de acolhimento da família, das necessidades do amparo na velhice, na carência e na enfermidade.

Esta semana, estive em dois locais que são exemplos: Residencial Com Vivências, uma casa geriátrica que tem um trabalho sensacional ligado aos idosos, com todo o amparo, com todo o trabalho que se deve ter de carinho e atenção, lá no bairro Lindóia; e o Altos do Bela Vista Residencial Geriátrico. Faço questão de divulgar aqui tanto para o público que está nos assistindo quanto para os Vereadores, porque acho fundamental mostrar as referências boas, onde a política e a experiência humana são vividas na sua plenitude, com qualidade, principalmente quando mais se necessita, que é na melhor idade, onde a gente chega com a maior necessidade, e todos nós chegamos na melhor idade, mas nem todos chegamos na melhor forma, como o meu amigo Chu, que é da melhor idade e parece da primeira idade; ele é professor de educação física. Nem todos temos a sorte de chegar à tua idade com a tua saúde, Chu. E é importantíssimo que se valorize esse setor, que cresce na população, dia a dia.

Queria também fazer uma menção breve, mas muito significativa, ao Gomes, que é o Presidente da Associação – Ariane, eu queria que tu o conhecesse – dos Detentos e Ex-Detentos, um setor tão excluído e marginalizado e que, na sua maior parte, tem a família

discriminada, a família sofre preconceito, não tem capacidade de se reconstruir, muitas vezes... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Ariane Leitão está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. ARIANE LEITÃO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; gostaria de aproveitar o tempo de Liderança do meu Partido – o Partido dos Trabalhadores – para justificar a minha presença aqui, durante esses dias, concedida pela minha Bancada, especialmente pelo Líder do meu Partido, Ver. Marcelo Sgarbossa. No meu discurso de posse, apresentei a importância de estar discutindo as políticas públicas para as mulheres na nossa Cidade, a partir da experiência que tive como Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres. E hoje, dia 28 de maio, é o Dia Internacional da Ação pela Saúde das Mulheres e pelo Enfrentamento à Mortalidade Materna. Falo da violência obstétrica, que nós estamos vendo em grande escala no último período, mas que agora as mulheres se sentem mais seguras em denunciar em relação aos mais diversos tipos de violências que acontecem durante e depois do parto, que são caracterizadas como mortalidade materna. Esse dia foi instituído no Calendário do Movimento de Mulheres do nosso País desde 1948, a partir de uma manifestação ocorrida na Holanda. A partir daí, o movimento de mulheres brasileiro coloca essa luta sob uma perspectiva emancipatória e libertatória. A partir desse enfrentamento, dessa violência, coloco também a importância do trabalho que estamos desenvolvendo nesse curto espaço de tempo, trabalhando a questão do enfrentamento às violências e tratando aqui do enfrentamento a uma delas, que é a violência obstétrica.

Também falo aqui da nossa preocupação, nestes dias, em apresentar projetos de lei que discutam o enfrentamento à violência às mulheres na nossa Cidade. Por isso, hoje, protocolei os dois primeiros projetos como Vereadora da cidade de Porto Alegre, um que trata da obrigatoriedade da divulgação dos números de atendimentos às mulheres vítimas de violência, seja nos espaços de atendimento ao público dos órgãos municipais da nossa Cidade, seja nos espaços de transporte coletivo da nossa Cidade, nos ônibus, nos espaços de transporte coletivos fluviais, também nos individuais, como os táxis. Por que

estamos apresentando esses projetos? Não é pequeno o número de casos de violência que acontecem não só no âmbito doméstico – e temos números para justificar isso –, mas também nos espaços públicos. O número de assédio às mulheres nos ônibus, no transporte coletivo na cidade de Porto Alegre é grande, e não existe um lugar para o atendimento dessas mulheres, não existe um lugar que as vítimas possam procurar para fazer a denúncia dessa violência e, mais, para fazer com que os órgãos públicos sejam obrigados a denunciar e resolver esses casos que acontecem.

Portanto, nós apresentamos esses dois primeiros projetos hoje, no segundo dia da minha atuação como Vereadora aqui na cidade de Porto Alegre, lembrando que também no Congresso Nacional se discute a questão da participação das mulheres na política a partir da necessidade de uma reforma política. Hoje o Congresso Nacional coloca o debate da participação das mulheres do nosso País, que é um dos sistemas políticos mais excludentes que nós temos, ontem eu coloquei isso. A posição que o Brasil ocupa na participação das mulheres é a de 129ª em 189 países. Portanto, estamos mal representadas quando se trata de participação das mulheres, num país que tem a maioria feminina. Nós não estamos representadas nos espaços de poder e temos um grande número de população feminina. E aí, exatamente por isso, finalizo apresentando aqui a moção que a Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, apresenta em apoio à campanha “Mais Mulheres na Política”. Essa campanha é da ONU Mulheres, com objetivo de que, até o ano de 2030, tenhamos paridade na política brasileira – metade, metade –, ou seja, homens e mulheres participando em pé de igualdade nas casas legislativas e também nos espaços de poder como um todo. Portanto, apresento a moção aqui, Presidente Mauro Pinheiro, a partir da mobilização do Partido dos Trabalhadores, em total apoio a essa campanha “Mais Mulheres na Política”, e que também aqui na Casa, com a instauração, a partir da semana que vem, da Procuradoria da Mulher, também possamos enfrentar a violência, o preconceito, o machismo, trabalhando na perspectiva da paridade de gênero, que, nos espaços que a Câmara disponibiliza, não só Vereadoras mas também nossas servidoras possam se sentir contempladas nestes espaços de poder, a partir da sua condição, a condição feminina. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje as notícias econômicas do nosso País não são as melhores. O Governo tinha feito uma projeção de crescimento do PIB para este ano de 1,3%, e hoje, nos jornais, os Ministros da área econômica fazem a projeção de 1% do PIB, e nós estamos chegando ao início do segundo semestre, quando era justamente para estar controlada a inflação. E a mesma equipe econômica diz que essa inflação vai seguir até o final do ano. E, nesse mesmo dia, a equipe econômica alerta para o aumento da taxa de juros a longo prazo. São duas notícias que chegam aos trabalhadores brasileiros, além das duas votações que tivemos no Senado das Medidas Provisórias 664 e 665, que retiram direitos dos trabalhadores. Foram confirmadas no Senado, assim como tivemos a confirmação do fim do fator previdenciário. Nem tudo foi terra arrasada esta semana. Mas continuam as notícias ruins na economia: de 60 países analisados, o Brasil caiu para 56º em índice de competitividade, tendo o México ficado em 39º lugar e o Chile em 35º, os dois últimos países com quem nós fechamos acordo. Além disso, o crédito de consumo encolheu. Então, para os trabalhadores, o dia de hoje na imprensa foi um dia muito ruim, já que a taxa de juros no Brasil chegou a 56,1% ao ano, elevando os juros do cartão de crédito a 347%. Isso atinge diretamente o setor produtivo, atinge diretamente a produção industrial brasileira, atinge o comércio, atinge a geração de emprego, atinge a distribuição de renda, atinge as famílias dos trabalhadores, atinge todos nós. Não é à toa que amanhã várias categorias estão marcando uma greve geral. Nós achamos que esta greve não tem nada a ver com as medidas provisórias, até porque já foram votadas. Vários setores da Força Sindical não estão aderindo a este greve amanhã, porque essa greve não teria como intuito a questão das medidas provisórias. Nós achamos que tem que fazer uma greve geral neste País para discutir a questão econômica, porque cada vez mais a inflação está batendo na porta dos trabalhadores; cada vez mais, o sistema bancário está sendo beneficiado; e cada vez mais, a indústria nacional vem sendo arrojada; cada vez mais, os empregos vêm sendo achatados. Então, nós estamos entrando numa recessão, numa grande recessão no Brasil, onde os empregos vêm sendo perdidos. Não é à toa que a Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de janeiro até agora, o índice de

desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre atingiu os patamares mais altos dos últimos tempos, de 7,1%. Então, vimos aqui, no período de Liderança do nosso Partido, fazer um alerta à população, aos trabalhadores, que nós estamos em plena recessão no nosso País, e é preciso que o Governo faça a lição de casa, diminua os Ministérios; diminua o número de CCs; o número de FGs, e não venha com mais pacotes apertando os trabalhadores brasileiros, apertando a economia brasileira. Tem que sobretaxar as grandes fortunas, tem que fazer a lição de casa e não arrochar os trabalhadores brasileiros. Com força, fé e solidariedade, nós vamos mudar a política econômica do Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h46min.)